

Título	Presidente do Instituto Acende Brasil aponta as dificuldades para viabilização de fios no País
Veículo	Revista Infraestrutura Urbana
Data	01 setembro 2014
Autor	Claudio J. D. Sales

infraestrutura

projetos, custos e construção

urbana

Energia



Presidente do Instituto Acende Brasil aponta as dificuldades para viabilização do enterramento de fios no País

Eduardo Baldacci

Edição 42 - Setembro/2014



O enterramento de redes de distribuição de eletricidade é um tema que vem ganhando espaço. De um lado, uns defendem que esta ação deveria ser feita urgentemente devido as suas óbvias vantagens, entre as quais a diminuição de vulnerabilidade das linhas a eventos climáticos, o aumento de segurança e os benefícios estéticos derivados do fim das fiações expostas. Mas se há tantas vantagens, por que, afinal, o enterramento não tem sido largamente adotado?

Em primeiro lugar, cabe lembrar que o enterramento também tem algumas desvantagens. É fato que as redes subterrâneas apresentam menor frequência de interrupções. No entanto, quando há problema, a recomposição do sistema é mais demorada porque a detecção e correção de falhas são mais complexas do que em redes aéreas. A maior parte das ocorrências em redes aéreas é prontamente identificada por inspeção visual no nível da rua, enquanto redes subterrâneas requerem inspeção em galerias ou abertura de valas. As explosões de bueiros no Rio de Janeiro e em Nova Iorque mostram que redes subterrâneas não são livres de riscos. O acúmulo de gases nas câmaras subterrâneas, de origem dos próprios equipamentos elétricos ou de terceiros, pode ocasionar severas consequências.



[A questão central orbita ao redor do impacto econômico-financeiro. Um recente projeto de pesquisa estimou que o enterramento custaria cerca de R\$ 4,5 milhões/km de rede]

As vantagens tendem a prevalecer, mas a questão central orbita ao redor do impacto econômico- financeiro deste esforço. Um recente projeto de pesquisa estimou que o enterramento custaria cerca de R\$ 4,5 milhões/km de rede. Assim, no caso de São Paulo, por exemplo, para que a Eletropaulo se enquadrasse no Projeto de Lei do Senado no 37, de 2011, seria necessário um investimento de R\$ 5,4 bilhões, que acarretaria um aumento de 7,8% na conta de luz, ou de 48% se fosse arcado exclusivamente pelos consumidores das áreas diretamente afetadas.

Estariam os consumidores dispostos a arcar com este custo? Uma pesquisa de opinião feita em 2012 perguntou aos cidadãos paulistanos se eles estavam dispostos a ter algum tipo de aumento em suas tarifas para viabilizar redes subterrâneas. E não estávamos falando de aumentos expressivos. Os aumentos propostos foram de 0,2%, 2% e 6%. No cenário de menor aumento (0,2%), 57% dos consumidores rejeitaram qualquer aumento e preferiram não ter o serviço de enterramento. No caso dos 6% de aumento, a rejeição foi de 65%, ou de dois em cada três respondentes.

Entretanto, é preciso deixar claro que projetos de enterramento requerem o envolvimento de diferentes agentes e não somente da distribuidora de energia. Prefeituras (ajudando nas obras de pavimentação), concessionárias de telecomunicações (dividindo os custos dos dutos), e os próprios governos estadual (isentando o ICMS sobre equipamentos) e federal (assegurando a incorporação dos investimentos às bases de remuneração tarifárias) precisam dar suas contribuições para viabilizar os investimentos bilionários que possibilitariam a obtenção dos benefícios, que seriam compartilhados por todos. A necessidade de envolvimento de vários atores e as polêmicas ao redor dos custos-benefícios do enterramento de redes elétricas são fortes indicadores de que a complexidade do tema requer uma discussão aprofundada, baseada em critérios técnicos e sem atropelos.

Claudio Sales

é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)

O enterramento de redes de distribuição de eletricidade é um tema que vem ganhando espaço. De um lado, uns defendem que esta ação deveria ser feita urgentemente devido as suas óbvias vantagens, entre as quais a diminuição de vulnerabilidade das linhas a eventos climáticos, o aumento de segurança e os benefícios estéticos derivados do fim das fiações expostas. Mas se há tantas vantagens, por que, afinal, o enterramento não tem sido largamente adotado?

Em primeiro lugar, cabe lembrar que o enterramento também tem algumas desvantagens. É fato que as redes subterrâneas apresentam menor frequência de interrupções. No entanto, quando há problema, a recomposição do sistema é mais demorada porque a detecção e correção de falhas são mais complexas do que em redes aéreas. A maior parte das ocorrências em redes aéreas é prontamente identificada por inspeção visual no nível da rua, enquanto redes subterrâneas requerem inspeção em galerias ou abertura de valas. As explosões de bueiros no Rio de Janeiro e em Nova Iorque mostram que redes subterrâneas não são livres de riscos.

O acúmulo de gases nas câmaras subterrâneas, de origem dos próprios equipamentos elétricos ou de terceiros, pode ocasionar severas consequências.

As vantagens tendem a prevalecer, mas a questão central orbita ao redor do impacto econômico- financeiro deste esforço. Um recente projeto de pesquisa estimou que o enterramento custaria cerca de R\$ 4,5 milhões/km de rede. Assim, no caso de São Paulo, por exemplo, para que a Eletropaulo se enquadrasse no Projeto de Lei do Senado no 37, de 2011, seria necessário um investimento de R\$ 5,4 bilhões, que acarretaria um aumento de 7,8% na conta de luz, ou de 48% se fosse arcado exclusivamente pelos consumidores das áreas diretamente afetadas.

Estariam os consumidores dispostos a arcar com este custo? Uma pesquisa de opinião feita em 2012 perguntou aos cidadãos paulistanos se eles estavam dispostos a ter algum tipo de aumento em suas tarifas para viabilizar redes subterrâneas. E não estávamos falando de aumentos expressivos. Os aumentos propostos foram de 0,2%, 2% e 6%. No cenário de menor aumento (0,2%), 57% dos consumidores rejeitaram qualquer aumento e preferiram não ter o serviço de enterramento. No caso dos 6% de aumento, a rejeição foi de 65%, ou de dois em cada três respondentes.

Entretanto, é preciso deixar claro que projetos de enterramento requerem o envolvimento de diferentes agentes e não somente da distribuidora de energia. Prefeituras (ajudando nas obras de pavimentação), concessionárias de telecomunicações (dividindo os custos dos dutos), e os próprios governos estadual (isentando o ICMS sobre equipamentos) e federal (assegurando a incorporação dos investimentos às bases de remuneração tarifárias) precisam dar suas contribuições para viabilizar os investimentos bilionários que possibilitariam a obtenção dos benefícios, que seriam compartilhados por todos. A necessidade de envolvimento de vários atores e as polêmicas ao redor dos custos-benefícios do enterramento de redes elétricas são fortes indicadores de que a complexidade do tema requer uma discussão aprofundada, baseada em critérios técnicos e sem atropelos.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)